

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

ARQUITETURA
E URBANISMO:
CONSTRUÇÃO E MODELAGEM
DO AMBIENTE

 **Atena**
Editora
Ano 2023

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

ARQUITETURA
E URBANISMO:
CONSTRUÇÃO E MODELAGEM
DO AMBIENTE

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo: construção e modelagem do ambiente

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A772	<p>Arquitetura e urbanismo: construção e modelagem do ambiente / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0930-4 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.304232001</p> <p>1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 720</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este livro da Atena Editora, intitulado **“Arquitetura e Urbanismo: construção e modelagem do ambiente”** apresenta a leitoras e leitores um conjunto de quatro capítulos. Há uma profunda relação temática entre eles: o espaço público e a esfera pública. Embora apresentem casos distintos e reflexões teóricas de fontes diferentes, há consonâncias consideráveis: há preocupações com os aspectos construtivo-materiais, bem como suas apropriações e usos. Uma síntese sobre eles, portanto, se faz necessária para melhor compreensão.

O primeiro capítulo, de Júlia Solér Marconi, **“A cidade delas”**, aborda as relações da mulher com a cidade. A ênfase está centrada no processo de construção de sua participação na esfera pública por parte dos movimentos feministas e sua interface com o espaço urbano. Com base nesta reflexão, a autora aponta a necessidade da representação das mulheres na organização social e participação popular, bem como defende uma abordagem de gênero na constituição do urbanismo enquanto campo, disciplina e profissão.

O segundo capítulo, de Jasmine Andrade Sanz, **“A morfologia da Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes (RJ): os aspectos visíveis e invisíveis de sua transformação histórica”**, reconstitui os aspectos morfológicos da Praça São Salvador. A estratégia adotada pela autora se encontra na noção de “camadas temporais” que foram identificadas por meio de registros históricos, como fotografias, documentos e acervo bibliográfico.

O terceiro capítulo, de Maria Isabel Imbroni, tem por título **“Espaço Público: indicadores de qualidade na Praça da Liberdade e Rua Galvão Bueno, São Paulo”**. Trata-se de uma pesquisa aplicada sobre a qualidade do espaço urbano no qual, a partir dos recortes espaciais estabelecidos, investigou-se os parâmetros desenvolvidos por Ewing e Bartholomew para aferi-la. A autora, assim, faz uma reflexão crítica sobre o espaço analisado e sobre este procedimento analítico.

O quarto capítulo, por fim, dos autores Adilson João Tomé Manuel e Luis Octavio de Faria e Silva, busca aprofundar a compreensão de dois bairros precários evidenciados no título: **“Itaim Paulista em São Paulo e Cazenga em Luanda, uma Observação Comparada”**. O trabalho procura evidenciar e destacar características nestes bairros que apresentem pistas sobre suas estruturas comunitárias, bem como sua relação com o território.

Dignos de nota, estes textos atualizam reflexões, debates, métodos e conceitos de autores de referência consagrados.

Assim, estimo, a leitoras e leitores, uma excelente experiência!

CAPÍTULO 1	1
A CIDADE DELAS	
Júlia Solér Marconi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320011	
CAPÍTULO 2	15
AMORFOLOGIA DA PRAÇA SÃO SALVADOR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ): OS ASPECTOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS DE SUA TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA	
Jasmine Andrade Sanz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320012	
CAPÍTULO 3	35
ESPAÇO PÚBLICO: INDICADORES DE QUALIDADE NA PRAÇA DA LIBERDADE E RUA GALVÃO BUENO, SÃO PAULO	
Maria Isabel Imbronito	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320013	
CAPÍTULO 4	50
ITAIM PAULISTA EM SÃO PAULO E CAZENGA EM LUANDA, UMA OBSERVAÇÃO COMPARADA	
Adilson João Tomé Manuel	
Luis Octavio de Faria e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320014	
SOBRE O ORGANIZADOR	67
ÍNDICE REMISSIVO	68

A CIDADE DELAS

Data de aceite: 02/01/2023

Júlia Solér Marconi

Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Design no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

RESUMO: O presente artigo trata da relação da mulher com a cidade e do advento de movimentos feministas e seu vínculo com o espaço urbano. Em uma luta histórica a favor da participação da mulher na esfera pública, o movimento feminista igualmente denunciou, por meio de seus discursos e ações, a falta do direito à cidade sofrida pelas mulheres, especialmente às que estão a margem do território. Apoiado nisso, são refletidas tais demandas urbanas através do planejamento urbano participativo, demonstrando-se, assim, fundamental a representação das mulheres nesse processo e sua organização social, a fim de que seja abordada a escala de gênero no urbanismo.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo, planejamento urbano participativo, feminismo, coletividade.

ABSTRACT: This article deals with the relationship between women and the city,

therefore the advent of feminist movements and their link with the urban space. In a historic struggle in favor of women's participation in the public sphere, the feminist movement also denounced, through its speeches and actions, the lack of the right to the city suffered by women, especially those on the border of the urban territory. Based on this, such urban demands are reflected through participatory urban planning, thus demonstrating that the representation of women in this process and their social organization is fundamental, in order to address the gender scale in urbanism.

KEYWORDS: Urbanism, participatory urban planning, feminism, collectivity.

INTRODUÇÃO

A cidade, em sua concepção, deveria proporcionar o direito à cidade à todas as pessoas. “Sob o manto da neutralidade, entretanto, o espaço urbano revela regras ocultas que correspondem a estruturas de poder que regem toda a sociedade, e a posição das mulheres dentro dessa rede, consiste em pouco progresso de igualdade” (SARMENTO; BANKHARDT,

2020). Fundamentada no modelo modernista de cidade, o qual racionalizou o espaço baseado no homem modelo, produziu cidades consolidadas no controle e na vigilância, intensificando a linguagem do medo e da negação da vida pública. O funcionamento da urbe passa então a criar barreiras invisíveis que controlam o espaço público a partir da desigualdade e do medo. As arquitetas Daniela Sarmiento e Flávia Bankhardt discorrem sobre esse imaginário:

Os espaços utilizados de forma segura pelas mulheres estão bem definidos no mapa mental de quase todos os cidadãos, com lugares e horários específicos (geralmente para mulheres, idosos, crianças ou pessoas com deficiência) assim podemos dizer que há diferentes mapas que definem o território da cidade. Toda mulher aprende desde a infância, quais são os locais e horários em que não podem fazer uso da cidade (SARMENTO; BANKHARDT, 2020, p.87).

A fundamentação da racionalização social, juntamente ao espaço construído, é apoiada na dicotomia entre espaço público e privado, trabalho e casa, centro e periferia – a qual estabelece lógicas de divisões e limites antagônicos para cada cidadão e cidadã, impondo um papel social pré-definido. Às mulheres foi destinada a esfera privada e doméstica, não-remunerada, conferindo aos homens poder financeiro e a desejada posição de dominação. Uma vez suprimido o direito econômico, instrumento básico para se viver em um sistema capitalista, é negada também a sua participação na vida pública. Tais imposições passam a ser de difícil desconstrução, segundo Anklan e Pereira (2019), pois são fortemente reproduzidas de maneira inconscientemente naturalizadas.

O meio urbano, assim, reverbera as gerações de dominação masculina sobre o corpo feminino, tipificado por agressores e vítimas de um sistema consolidado na história da sociedade (ANKLAN; PEREIRA, 2019). A vulnerabilidade e o medo são vividos pelo corpo feminino que, por estes sentimentos que o bloqueiam socialmente, é impossibilitado de percorrer ou estar onde se deseja ou precisa. Sentimento este descrito pela geógrafa Leslie Kern:

Como mulher, minhas experiências urbanas cotidianas são profundamente ligadas ao gênero. Minha identidade de gênero molda como me movo pela cidade, como vivo minha vida no dia-a-dia e as opções disponíveis para mim. Meu gênero é mais do que meu corpo, mas meu corpo é o local da minha experiência vivida, onde minha identidade, história e os espaços em que vivi se encontram, interagem e se escrevem na minha carne (KERN, 2020, p.16, tradução nossa).

Logo, ao circular pelo espaço público a mulher encontra obstáculos que silenciam suas demandas e impedem sua plena vivência. A insegurança é alimentada pelo imaginário social, no sentido de que o mal temido é causado por outra pessoa, de acordo com Isabela Peccini (2019), sendo reforçado pelo espaço urbano e seus elementos. Nessa linha, Silva, Nór e Santos (2019) defendem que a perspectiva de gênero aplicada ao urbanismo se estende à experiência. Isto porque a cidade é lida pelo corpo, a chamada *corpografia*

urbana. Censurar o corpo se equivale a limitar uma existência, pois lhe é limitado a memória urbana e sua experiência na cidade vivida.

O corpo que experimenta efetivamente a cidade pode ser visto enquanto uma forma de resistência à espetacularização urbana, uma vez que as *corpografias urbanas* (ou seja, estas cartografias da vida urbana inscritas no corpo do habitante ou do errante) revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui. Ou seja, mostram tudo o que escapa ao projeto tradicional explicitando as micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas hegemônicas (SILVA; NÓR; SANTOS, 2019, p. 175-176).

No sentido de relação de poder, são invalidadas a legitimidade da ação política das mulheres e todas as minorias sociais, resultando então em um padrão de cidade nas mãos do Estado e de grupos dominantes, o que posiciona o urbanismo como instrumento político controlável. Segundo Marcelo Souza e Glauco Rodrigues (2004, n.p), “em uma sociedade capitalista, o planejamento e a gestão tendem a ser conservadores - isto é, a conservar a ordem econômica e política atual -, uma vez que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes”.

Uma vez que o desenho urbano reflete toda influência do meio sociocultural, consequentemente é favorecida a reprodução da cultura sexista que reduz direitos e a própria existência. Por serem os espaços públicos, segundo a arquiteta Ana Luiza Pacheco (2019), representações das relações sociais refletidas nas desigualdades socioespaciais emergentes do capitalismo, a opressão e a hierarquização entre homens e mulheres são cicatrizes sociais profundas e impactam a gestão e a produção urbana até a atualidade.

O objetivo deste artigo é de pontuar a importância do envolvimento das mulheres e dos movimentos feministas no planejamento urbano, visto que, embora designadas na esfera privada, logo privadas da participação pública e em um posicionamento doméstico sem poder perante o sistema capitalista, se mantiveram ativas e lutando durante a história. Embasado no método qualitativo, foi levantada uma vasta bibliografia, incluindo pesquisas nacionais e internacionais, como Leslie Kern e Natalia Czytajlo, e de gama diversificada de áreas de trabalho – arquitetura e urbanismo, geografia, sociologia, história, entre outras.

HISTORICIDADE E A RELAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COM A MULHER

Em sua etapa expansiva, o regime capitalista abriu fronteiras no território, formando uma mancha urbana horizontal, no contexto de um regime fundiário excludente. Essa dinâmica, por sua vez, está atrelada ao corpo da mulher devido a segregação urbana que resulta em processos de gentrificação. A não universalização dos direitos sociais fez do acesso a territorialidade e às infraestruturas urbanas artefato seletivo, segundo a arquiteta Luciana Itikawa (2019). Embasado nesta lógica, Monteiro e Medeiros dissertam:

O modelo de cidade imposto a partir de um processo definido pela falta de transparência, práticas coercitivas e justificativas questionáveis, legitimadas

a partir de discurso técnico que dissimula as razões políticas, econômicas e ideológicas das ações do poder público, constitui um campo de conflitos sociais urbanos que compreende tanto a disputa simbólica do ideal de cidade, quanto a disputa pelo território e o direito à moradia (MONTEIRO; MEDEIROS, 2019, p.85).

Através dessa mesma ótica, o mercado incita as demarcações de segregação racial, de classe, de gênero, entre tantas outras, quando assume formas políticas, organizacionais e espaciais. Baseado no modelo de reprodução de equipamentos públicos, áreas de lazer, saneamento básico, manutenção e serviços pensados e distribuídos de formas diferentes para cada parte da cidade, valorizando ou desvalorizando a área – sobretudo as áreas de exclusão urbanística, à margem da cidade, onde se tornam invisibilizadas.

O desenvolvimento urbano, então, é estagnado em certas regiões, especialmente nas áreas periféricas, onde rege a desorganização espacial e social, pois ocorre a ocupação majoritariamente irregular por parte da população de baixa renda, pelo seu distanciamento com o ponto central urbano. Assim, a divisão entre áreas residenciais e o centro, onde se concentram os serviços e as atividades produtivas, onera o cotidiano das mulheres.

(...) a cidade está à venda e é marcada pela segregação, que acontece fisicamente por muros, grades, pontes, placas; de forma abstrata, pela divisão de territórios diferentes por classes sociais, cor, gênero, idade; e também por funções, espaço do trabalho, da moradia, do lazer (PACHECO, 2019, p.47).

Constata-se então que o direito à cidade e os direitos sociais não alcançam os setores mais vulneráveis da cidade, em especial as mulheres, indígenas, negras e periféricas. “No caso de São Paulo, os incômodos e descasos ficam nas bordas, nas periferias” (ITO, 2017, n.p), representando obstáculos de vivências principalmente nos meios de transporte público, vias públicas e espaços públicos – essenciais acessos urbanos. Dessa forma, a lógica do planejamento urbano, somada às opressões de gênero, raça e classe social, dificultam a qualidade de vida das mulheres que ali residem em todos os seus aspectos. A respeito dessa vulnerabilidade, Natalia Czytajlo discorre:

A vulnerabilidade aumenta no caso de mulheres de grupos sociais com menor poder social e se evidencia no território, com desigualdades no acesso à propriedade e condições de moradia, mercado de trabalho e renda (acesso a recursos), e também com desigualdade de acesso à cidade, enquanto no domicílio persistem maiores responsabilidades - cuidados e tarefas diárias (CZYTAJLO, 2020, p.46, tradução nossa).

Em vista disso, foi realizada uma análise fundamentada pela *Interseccionalidade*, por esta linha considerar especificamente a forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002). Para Kern (2020, p.23, tradução nossa), “a Interseccionalidade levou a uma mudança radical em como o feminismo entendia as relações entre vários sistemas de privilégio e opressão”.

Percebe-se sua complexidade pois o espaço privado, teoricamente designado à mulher, não é destinado a *qualquer* mulher. “Mulheres negras sempre estiveram trabalhando no espaço público, mas não seriam dignas da família do espaço privado burguês” (PECCINI, 2019, p.66).

(...) a construção social e cultural do que é feminino e masculino nos é imposta como um padrão natural. Esses padrões são construídos, reforçados ou desconstruídos pela forma como se organizam as sociedades ao longo da história e estabelecidos desde o nascimento de meninas e meninos. (...) Se, além de patriarcal a sociedade é também racista, haverá uma construção de papel social que se difere entre mulheres brancas e negras, mas que estão ainda sendo pautadas por um comportamento ideal (PECCINI, 2019, p.63).

Em diferentes momentos históricos ocorreu a implicância direta do mercado sobre a vida da população humilde, especialmente na vida das mulheres deste contexto social. Com o advento da urbanização e industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões, em que “a participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas” (PERROT, 1988, p.186). Entretanto, para as mulheres de baixa classe social e em sua maioria negras, a busca por trabalho e habitação é traço recorrente.

Desde o século XIX, segundo Pelegrino (2006), elas já exerciam funções como lavadeiras, costureiras, doceiras e empregadas domésticas. “O trabalho é fonte de renda e, necessariamente, determina as possibilidades de acesso a bens materiais, dentre as dimensões culturais, simbólicas e sociais” (PELEGRINO, 2006, p.181). Dessa maneira, formas de exclusão social no meio urbano são exploradas, visto que as mulheres negras e indígenas se tornam pouco presentes na cena política – logo, pública.

Das mulheres das classes sociais mais altas, emaranhadas nas diversas camadas de tecido que compunham suas vestimentas, temos a imagem mental do garboso cavaleiro que retira sua jaqueta para permitir sua passagem nas ruas enlameadas. Das mulheres trabalhadoras não há uma imagem mental tão clara, mas certamente sempre arrastaram suas saias na lama e na fuligem. E embora certamente tenham vivenciado a intensificação dos estímulos nervosos diante do vigoroso ritmo da metrópole em transformação, é pouco provável que tenham conseguido assumir uma atitude *blasé* em seus trajetos (MONTEIRO; MEDEIROS, 2019, p.83).

O processo se repete ao longo dos anos, mas se repete juntamente a resistência destas mulheres, se opondo ao seu lugar e papel designados. As mulheres se organizaram em associações, produzindo uma influência direta na vida pública. Para Michelle Perrot (1988), a participação efetiva da mulher está no povo. Quando elas se encontram presentes na cidade, nos bairros, enfrentando todos os “elementos que não lhe são familiares: a produção, o salário, a fábrica” (PERROT, 1988, p.199-200). Mesmo enquanto eram excluídas econômica e socialmente pela burguesia da época, de acordo com Sarmiento

e Bankhardt (2020), as mulheres participavam ativamente dos confrontos e reivindicavam soluções para questões econômicas, exigindo os seus direitos, como o acesso à educação e ao trabalho. Perrot, nesta perspectiva, explica:

Os motins por alimentos, grande forma de motim popular ainda no século XIX, são quase sempre desencadeados e animados pelas mulheres (...). Nesses motins, as mulheres intervêm coletivamente. Nunca armadas, é com o corpo que elas lutam, rosto descoberto, mãos à frente (...) mais interessadas em ridicularizar do que ferir. Mas usam principalmente a voz (PERROT, 1988, p.193-194).

Por sua vez, quando a classe operária reivindica o acesso à esfera política, reproduz o modelo burguês, dessa vez excluindo as mulheres. O público, palco dos assuntos políticos, estruturou-se em um caráter masculino. “Ao final foram eles, os homens, favoráveis a volta do grupo feminino às questões domésticas, reforçando o antigo ideal da natureza feminina”, expõe Sarmiento e Bankardt (2020, p.90).

As mulheres passaram a disputar um lugar no espaço público, em que as desigualdades de gênero, etnia e classe colidem (SUMI, 2018). Dessas percepções insurgiu a chamada **primeira onda do feminismo**, que teria ocorrido em fins do século XIX e início do século XX. O movimento, a partir daí, passa a representar-se como político coletivo, centralizando a luta por direitos iguais entre homens e mulheres e assegurando-se em vertentes liberais.

Apesar da participação de muitas operárias na luta, que somavam denúncias sobre as condições de exploração do trabalho e do assédio sexual no interior das fábricas nas reivindicações, o movimento tinha como principais lideranças mulheres acadêmicas, das classes médias e médias altas urbanas (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017, p. 4).

No Brasil, esse movimento ocorre na década de 1910 a 1920, em que representantes da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino lutaram pelo seu direito à voto, conquistado apenas em 1932. “As mulheres operárias anarquistas tiveram um papel de destaque nesse processo, pautando as péssimas condições de trabalho e constituindo organizações de luta como a ‘União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas’” (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017, p. 4).

A **segunda onda do feminismo**, sucedida entre os anos de 1960 e 1970, favoreceu uma produção teórica e novas práticas políticas do feminismo em diversos países. Foi identificado o conceito de *patriarcado*¹ e o movimento assumiu uma postura radical – partindo da ideia que *o pessoal é político*, percepção que critica as características e diferenças construídas entre os gêneros. Isto se demonstra, de acordo com Silva, Faria e Pimenta, (2017), por exemplo, na opressão das mulheres que acontece sob o privado, invisibilizando o trabalho doméstico e naturalizando a violência machista nas relações pessoais.

¹ Define-se, de acordo com a perspectiva weberiana (de Max Weber), por um regime de dominação-exploração em que se autentica uma estrutura de poder, favorecendo o sexo masculino, baseada tanto na ideologia quanto na violência, são criadas imposições de poder a fim de preservar os padrões de autoridade e subordinação.

As reivindicações e demandas feministas propunham outras lógicas e propostas políticas, segundo Curiel (2009), que incluíam as afrodescendentes, as lésbicas, as pós-colonialistas, as multiculturalistas, entre outras, o que englobou diversas perspectivas em relação à subordinação das mulheres.

(...) se entendemos o feminismo como toda luta de mulheres que se opõem ao patriarcado, teríamos que construir sua genealogia considerando a história de muitas mulheres em muitos lugares-tempo. Este é para mim um dos principais gestos éticos e políticos de descolonização do feminismo: retomar distintas histórias, pouco ou quase nunca contadas (CURIEL, 2009, p. 1, tradução nossa).

Grande parte da América Latina, nesta época, estava enfrentando ditaduras militares. Os movimentos sociais e progressistas sofriam na clandestinidade e lutavam contra as autoridades. “As mulheres militantes das organizações políticas se engajaram nesse processo sendo um grande contingente das mortas e desaparecidas dos regimes” (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017, p. 6). A luta feminista brasileira se esforçava para posicionar a mulher constitucionalmente como sujeito de direitos, questão vinculada ao direito à terra e à moradia. A luta contra o despejo de favelas, o alto custo de vida, defesa da infância, demandas por infraestrutura básica e creches, demonstra a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade.

Com a união das diferentes entidades e pós 1964, o movimento ganhou maior força e articulou uma participação popular heterogênea, que nitidamente questionava o caráter excludente das cidades brasileiras, vendo a casa como constituinte do corpo da cidade. É nesse cenário que ocorrem as lutas políticas pelo direito à cidade (SUMI, 2018, p.75).

A consolidação de um movimento feminista brasileiro com caráter similar à postura das feministas da segunda onda, ou seja, questionador à subordinação social perante o homem, com o objetivo de exigir a autonomia individual e direitos iguais em diversos âmbitos, esboçou-se a partir dos anos 1970 “quando grupos de mulheres e movimentos pró-equidade de gênero começaram a tomar cada vez mais espaço na luta contra a opressão feminina” (PACHECO, 2019, p.52). Simultaneamente à luta pela democracia brasileira, as mulheres da periferia organizaram um movimento que originou sindicatos e outras organizações que, ao se institucionalizarem, foram dirigidas por homens – o que causou mais uma vez o silenciamento das vozes feministas e suas reivindicações como creches, educação e saúde básica.

As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda durante a ditadura militar, contudo essas organizações absorveram a mulher militante sob a lógica do sexismo e da divisão sexual das funções sociais. (...) as mulheres puderam sentir as discriminações, efetivadas tanto por meio da superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual (MONTEIRO; MEDEIROS, 2019, p.77).

Após a queda da ditadura militar brasileira, apoiada por greves e movimentos

estudantis que geraram essencial mobilização popular, consolidaram-se também os primeiros coletivos de mulheres negras, fundamentados pelo feminismo negro, e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. Conquistas estas que abriram um espaço de debate na sociedade civil, no intuito de articular políticas públicas para as mulheres, na medida que se enfrentam as discriminações e desigualdades de gênero por meio do reconhecimento por parte do Estado. O CNDM, juntamente com movimentos de mulheres e feministas, fomentou a luta por direitos da mulher durante o processo de redemocratização política, de acordo com a historiadora Kerley Amâncio.

Já na sua primeira gestão, de 1985 a 1989, atuou na Campanha pela Constituinte juntamente com os movimentos de mulheres e feministas, reivindicando a inclusão de mais direitos das mulheres na nova Constituição. É possível inferir que este órgão fomentou a luta por direitos da mulher durante o processo de redemocratização política, atuando como mediador entre os movimentos de mulheres e os parlamentares constituintes (AMÂNCIO, 2013, p.76).

O CNDM promoveu a participação das mulheres no debate Constituinte, realizando encontros, palestras e reuniões, visando à constituição de uma plataforma política que olhasse para as reivindicações femininas. Em 1985, lançou a campanha “Mulher e Constituinte”, segundo Amâncio (2013), a qual resultou em uma intensa mobilização de mulheres e em uma carta proposta que contivesse as reivindicações feministas, denominada de **Carta das Mulheres aos Constituintes**, entregue ao Congresso em março de 1987.

(...) a carta continha propostas para educação, saúde, etc. tais como o ensino com ênfase na igualdade entre os sexos, visando eliminar discriminações e a elaboração de programas governamentais voltados à Saúde da Mulher. Acreditavam que uma verdadeira democracia deveria contemplar os direitos das mulheres e reconhecer sua participação na sociedade e não reconheciam mais a vida privada como única perspectiva de atuação na sociedade (AMÂNCIO, 2013, p.78).

Esse movimento permitiu que as mulheres tomassem consciência de sua força diante do cenário político e resultou no reconhecimento do direito das mulheres na própria Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988. As mulheres brasileiras conseguiram aprovar mais de 80% de suas demandas, segundo Amâncio (2013). Nesse sentido, Pintaguy, Barsted e Miranda explicam:

(...) a Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos individuais e sociais e consolidou a cidadania das mulheres no espaço público e na vida familiar, assegurou os direitos das mulheres nos campos: da saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva; da segurança; da titularidade da terra e do acesso à moradia; do trabalho, renda e da Previdência Social; do acesso aos direitos civis e políticos. Além disso, reconheceu as questões relativas à discriminação racial no Brasil (PINTAGUY; BARSTED; MIRANDA, 2006, p.12).

Pela primeira vez na história constitucional brasileira, é consagrada a igualdade entre homens e mulheres. A inclusão da questão de gênero na agenda governamental

ocorre juntamente ao processo da democratização, ao incluir novos atores no cenário político e, conseqüentemente, novos temas na agenda políticas. A década de 90 introduziu importantes convenções a favor dos direitos das mulheres além da formação de ONGs, redes nacionais, articulações de mulheres, trabalhadoras rurais, soropositivas, dos movimentos pelo reconhecimento dos direitos sexuais das lésbicas e de outras formas de organização da sociedade civil (PINTAGUY; BARSTED; MIRANDA, 2006). As mulheres passaram a somar nas atividades remuneradas, porém a dinâmica familiar da esfera privada foi mantida. Não foi repensado, no entanto, o acúmulo das responsabilidades, o que representou uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

Com a consolidação no capitalismo neoliberal, as mulheres passaram a exercer duplas ou triplas jornadas de trabalho, variando entre mercado de trabalho e meio doméstico, dificultando sua vivência, acentuada para mulheres negras e periféricas. No meio urbano, elas traçam sua vivência como passagem entre casa e fábrica ou empregos informais, enfrentando inseguranças e precariedades. Morar de aluguel ou de favor e em distantes periferias restringe as condições de acesso ao emprego e aos serviços públicos básicos, tais como creches, escolas e postos de saúde.

(...) além do fato da sobrecarga de afazeres, seus percursos e trajetos na cidade são mais diversificados o que faz com que o desenho da cidade racionalista projetada para o fluxo produtivo e com prioridade ao uso dos carros, não atenda suas necessidades cotidianas. Assim, as mulheres enfrentam dificuldades em relação a mobilidade urbana (SARMENTO; BANKHARDT, 2020, p.97).

Os longos percursos significam mais que distância. Representam um tempo maior de exposição vulnerável, principalmente em regiões distantes do centro, que carecem de infraestrutura urbana. “O fato de não se investir nas soluções para as demandas das mulheres significa que, apesar da inserção massiva desse grupo no mercado de trabalho e no espaço público, a cidade não se preparou para recebê-las” (SARMENTO; BANKHARDT, 2020, p.98). A ausência de parâmetros para repensar a justiça urbana demonstra que, apesar de o direito à reunião e à manifestação ser garantido na Constituição Brasileira, as mulheres ainda estão em um contexto de segregação e desigualdade. Refletidas nas divergências socioespaciais emergentes do capitalismo contemporâneo, pode-se afirmar então que a opressão e a hierarquização causam grandes impactos na produção do espaço público.

PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO E O MOVIMENTO FEMINISTA

Parte da população, mesmo no século XXI, questiona o direito de ir e vir feminino, aliado a construção de um contexto psicológico de culpa da mulher frente às suas violências. O movimento feminista se posiciona contra essa perspectiva, a fim de que as mulheres consigam ter o acesso completo à cidade. Nas zonas periféricas da cidade, onde

se encontram barreiras de vivência urbana consideravelmente acentuadas, estão também localizados o maior número de coletivos e organizações a favor do movimento feminista e de suas causas.

A cidade tem se constituído ao longo do tempo em espaço profícuo para a explicitação das diferenças. As diferenças decorrem, primeiramente, da sua localização no urbano. Ou seja, aqueles que estão e agem no palco e, aqueles que porque excluídos, agem nos bastidores. Esta localização é determinada pela possibilidade de acesso aos bens e serviços produzidos na cidade. Sendo invariavelmente associada à formação histórica de pobres e ricos, é fácil constatar a trajetória sistemática de negação da cidade às classes populares (PELEGRINO, 2011, p.240).

Protagonizado em sua maioria por mulheres negras em situação social vulnerável, o movimento feminista periférico se orienta a favor da luta pelos direitos sociais. Diversas associações periféricas autodenominadas *Associações de Mulheres* têm suas atividades voltadas para os direitos da criança e do adolescente ou os direitos dos idosos. Ainda, há situações em que a ação de movimentos autointitulados de *Movimento de Mulheres* se orienta para a luta dos direitos sociais de um modo amplo, incluindo luta por moradia, creche, postos de saúde e outras melhorias urbanas, se relacionando mais profundamente com movimentos populares urbanos – os quais são, em sua maioria, compostos por mulheres (MEDEIROS, 2017). Nesse sentido, a atuação desses coletivos rompe com os antigos padrões e dá espaço a novas formas de organização, como bem colocado por Czytajlo:

Os processos (...) são inovadores na medida em que constituem novas referências e rompem com o que existe, ponto de partida para transformações e criações. As experiências citadas implicam em novos espaços e atribuições que por meio de ações concretas ganham novos significados, muitas vezes subversivos, modos de organização de inconformidades e rebeliões, contribuições e inovações para o desenvolvimento pessoal e social. As ações coletivas conseguem construir novas formas de organização do espaço, novas formas de territorialidade, ao mesmo tempo que desafiam as atuais estruturas de dominação (CZYTAJLO, 2020, p.55, tradução nossa).

As geografias feministas demonstram que o espaço urbano transmite símbolos e reproduz padrões simbólicos de incidência social, apoiados em questões políticas e econômicas que conduzem como esse espaço será ocupado. Por isso a importância de uma gestão pública que englobe uma participação diversa, contando com agentes sociais e institucionais que incorporariam as visões e vivências de cada grupo, a fim de coordenar o espaço de maneira mais inclusiva. Afinal, “garantir o acesso democrático aos espaços de poder (...) é dar essas pessoas o direito de fala, salientando que ‘o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir’” (RIBEIRO, 2017, p. 66 *apud* TIBURI, 2018, p. 105).

As mulheres são a maioria nos movimentos feministas e populares, os quais lutam por melhores condições de vida e trabalho, nas redes e fóruns transversais que

ultrapassam as fronteiras nacionais, de acordo com Sumi (2018). A ideia de liberdade do cidadão envolve a participação do indivíduo na esfera política e, segundo Pitanguy (2011), a participação ativa feminina demarca um caminho de superação social. “As mulheres têm advogado por seus direitos no âmbito do trabalho, da família, da garantia de seus direitos sociais, pela titularidade da terra, participação política, educação não sexista” (PITANGUY, 2011, p.39). Dessa forma, é essencial que as mulheres sejam ouvidas na esfera pública e participem ativamente no desenho e construção das políticas urbanas.

O espaço social corresponde à condição de classe, que constitui o espaço material; mas também se relaciona com o mundo do sujeito, a autonomia dos agentes individuais e sociais nos processos de reprodução social, dimensões da identidade pessoal e social. A construção da territorialidade implica considerar o espaço geográfico como um espaço social em permanente e acelerada transformação, dinâmico, mutante, em relação ao dinamismo e às mudanças sociais que ocorrem e aos processos de apropriação (CZYTAJLO, 2020, p.43, tradução nossa).

Com a contribuição do movimento feminista, Czytajlo (2020) pontua que se avançou a construção de uma perspectiva proposicional voltada para a titularidade dos direitos e a autonomia das mulheres como base para a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. “A perspectiva de gênero tem um valor político e teórico. Político, pela capacidade de transformação, e teórico, pela necessidade de construir argumentos e conhecimentos para promover essa ação política necessária” (CZYTAJLO, 2020, p.56, tradução nossa). Sob essa perspectiva, significa o comprometimento pela igualdade a fim de alcançar um fortalecimento social e uma sociedade mais justa para as mulheres e que essas conquistas são relacionadas a questões políticas e produz resultados democráticos e coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o conceito inicial do planejamento urbano foi de ser elaborado por quem detinha o poder e resultava, teoricamente, em resoluções para a cidade como um todo. Entretanto, quem estava fora da esfera de decisão política não recebia um efetivo retorno, muito menos respostas aos problemas públicos e urbanos.

Por mais que esse contexto significasse a exclusão das mulheres, estas se mantiveram ativas por meio de manifestações e organizações, forçando que suas pautas fossem atendidas e relevantes às questões públicas. O movimento feminista, como exposto, desde o início do século XX luta por melhores condições e efetiva participação nas decisões. Atualmente, em esfera nacional, se atribuiu a concepção de planejamento participativo, nos quais são convidadas associações e organizações para integrar órgãos consultivos em que as prefeituras tomam conhecimento das necessidades e demandas da população, de acordo com Souza e Rodrigues (2004).

(...) o ato (o processo) de se planejar uma cidade deve ser algo essencialmente distinto: os próprios cidadãos devem poder decidir sobre os destinos dos espaços em que vivem, por meio de debates livres, abertos e transparentes. Os técnicos e estudiosos (isto é, aqueles que dedicaram anos de sua vida profissional a analisar as causas dos problemas urbanos e os meios de superá-los) podem e devem participar, mas na qualidade de “consultores populares” que possam aconselhar, principalmente, quanto aos meios, cabendo a discussão e a decisão políticas sobre os fins aos próprios cidadãos, não a uma instância de poder que decida por eles e delibere em seu nome (SOUZA E RODRIGUES, 2004, n.p).

Partindo então desse meio de participação, é essencial a inclusão das pautas feministas no planejamento urbano, visto que a trama das relações sociais de gênero constitui uma questão cultural construída no processo histórico. O fato de ser mulher, com todas as imposições e encargos da sociedade, interfere diretamente em sua acessibilidade, mobilidade e utilização do espaço público e privado, de acordo com Sarmiento e Bankhardt (2020). Desta forma, o gênero, de acordo Czytajlo (2020), é caracterizado como ferramenta política, a qual permite compreender a construção das identidades, dos marcos dos processos sociais onde as desigualdades e injustiças territoriais e espaciais se constroem e questiona o predomínio de uma sobre as outras. Assim, Czytajlo (2020) explica uma forma de abordagem de gênero no urbanismo e comenta sobre as diversas dimensões que a entrecruza:

A abordagem da articulação de gênero e espaço envolve a análise de diferentes elementos onde dimensões e esferas se cruzam: i) uma esfera material, o que implica, a partir da leitura da intersectorialidade, tornar visíveis as desigualdades de acesso a bens e oportunidades de emprego. ; ii) uma esfera simbólica, que desvenda sistemas e construções discursivas, representações sociais sobre identidade de gênero; iii) uma esfera política, que analisa as relações de poder, dominação e resistência e a apropriação de diferentes sujeitos, a(s) territorialidade(s) (CZYTAJLO, 2020, p.42, tradução nossa).

A participação diversa da série de agentes sociais e institucionais, por meio da gestão participativa, pode ser uma chave importante para gerar espaços mais inclusivos, além de explorar o rompimento da naturalização de violências, segundo Arklan e Pereira (2019). Somando, Kern (2020) discorre ainda como seria a inclusão para com as mulheres, neste sentido:

Fazer “perguntas de mulheres” sobre a cidade significa perguntar muito mais do que sobre gênero. Tenho que perguntar como meu desejo por segurança pode levar a um policiamento cada vez maior de comunidades negras. Tenho que perguntar como a minha necessidade de acesso ao carrinho de bebê pode funcionar em solidariedade com as necessidades das pessoas com deficiência e idosos. Tenho que perguntar como meu desejo de “reivindicar” o espaço urbano para as mulheres poderia perpetuar práticas coloniais e discursos que prejudicam os esforços dos povos indígenas para recuperar as terras tomadas e colonizadas. Fazer esse tipo de pergunta requer uma abordagem interseccional e algum nível de autorreflexão sobre minha própria

posição (KERN, p. 24, 2020, tradução nossa).

Conclui-se, então, que o planejamento urbano, além de participativo, deve incluir os demais sujeitos no estudo da cidade. Deve-se considerar a variação da norma, em que quem está a margem se torne o centro (KERN, 2020), especialmente as mulheres. A capacitação feminina de autorrepresentação em decisões políticas que impactam o espaço urbano é pauta de uma luta histórica, na busca da desconstrução de papéis impostos e para que a cidade seja, também e finalmente, delas.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, nº5 jul-dez, 2013, p.72-85.

ANKLAM, Luísa Mantelli; PEREIRA, Renata Caetano. Arquitetura e a caça às bruxas: mecanismos para subversão da cultura de violência contra à mulher. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** nº 10, v.3, p.128-139, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 2002.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: uns perspectiva desde America Latina y el Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, Buenos Aires, jun. 2009.

CZYTAJLO, Natalia. Gênero, ciudad y violencia(s). Territorialidades y cartografias emergentes. **Revista Nodo**, 14(28), p. 41-57, 2020.

ITIKAWA, Luciana. *et al.* Mapeando a violência contra a mulher: a velha e a nova fronteira urbana, o corpo feminino. **Labcidade**, São Paulo, ago. 2019. Disponível em <<http://www.labcidade.fau.usp.br/mapeando-a-violencia-contr-a-mulher-a-velha-e-a-nova-fronteiraurbana-o-corpo-feminino>> Acesso em: 12 jun. 2021.

ITO, Carol. A Cidade Ideal das Mulheres. **Revista TPM**, São Paulo, abr. 2017. Disponível em <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/arquitetura-e-planejamento-urbano-a-cidade-ideal-dasmulheres>> Acesso em 10 jun. 2021.

KERN, Leslie. **Feminist City: Claiming Space in a Man-Made World**. Ed. Verso, 2020.

MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de. **Movimentos de Mulheres Periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves; MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. Ser mulher na cidade é lutar: remoções e luta pela moradia no Rio de Janeiro. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** nº 10, v.3, p. 74-93, inverno de 2019.

PACHECO, Ana Luiza. A luta por uma cidade feminista: uma análise da opressão feminina sob um viés marxista. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** nº 10, v.3, p. 46-55, inverno de 2019.

PECCINI, Isabela Rapizo. Pensamento feminista no planejamento urbano: pensar o território pela perspectiva de gênero – prática e epistemologia. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** n° 10, v.3, p. 56-73, inverno de 2019.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. As mulheres e o cotidiano urbano no Brasil. **O Progresso das Mulheres no Brasil**. UNIFEM, Fundação FORD, CEPIA. Brasília, 2006.

_____. A cidade e a mulher: desafios cotidianos e direitos sociais. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PITANGUY, Jacqueline. *Advocacy*: um processo histórico. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares; MIRANDA, Dayse. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. **O Progresso das Mulheres no Brasil**. UNIFEM, Fundação FORD, CEPIA. Brasília, 2006.

SARMENTO, Daniela Pareja Garcia; BANKHARDT, Flávia Andressa. Cidades inclusivas para as mulheres: da história das mulheres às transformações no espaço da cidade. **Revista Nodo**, 14(28), 2020, p. 86-102.

SILVA, Natália Alves da; FARIA, Daniela; PIMENTA, Marília. **Feminismo e o espaço urbano**: apontamentos para o debate. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

SILVA, Celia Regina da; NÓR, Soraya; SANTOS, Rodrigo Gonçalves. Caminhar, escrever e cartografar: pronunciando a cidade no feminino. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** n° 10, v.3, p. 174-185, inverno de 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, edição Kindle, 2004.

SUMI, Camilla Massola. **A Cidade na Perspectiva do Gênero**: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. Tese (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – UNICAMP, Campinas, 2018.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

B

Bairros precários 50, 51, 52, 55, 62

C

Camadas temporais 15, 18, 32

Campos dos Goytacazes 15, 16, 19, 24, 26, 32, 33, 34

Cartografia 50

Cazenga 50, 52, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65

Cidade 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 65, 66, 67

Coletividade 1

Comunidade 50, 55, 56, 62

Corpografia 2

D

Democracia 7, 8, 33

Desenho urbano 3

Desigualdade 2, 4, 7, 9

E

Escala 1, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 45, 53, 55, 56, 58

Esfera pública 1, 11

Espaço público 2, 5, 6, 8, 9, 12, 24, 33, 35, 37, 39, 42, 46, 47, 48

Estruturas comunitárias 50, 55, 56

Estrutura urbana 20, 27, 50, 52

F

Feminismo 1, 4, 6, 7, 8, 13, 14

H

Habitat 17, 51, 52, 55

I

Imaginabilidade 35, 36, 37, 38, 39, 48

Itaim Paulista 50, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65

L

Limite 42, 46, 47, 48

Luanda 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65

Lugar 5, 6, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 36, 37, 40, 41, 48, 62

Lynch 37, 49, 56, 57, 66

M

Morfologia urbana 15, 16, 17, 33

O

Observação comparada 50, 51

P

Paisagem 15, 20, 22, 27, 31, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 56

Paisagem urbana 35, 37

Participação 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 26

Planejamento 1, 3, 4, 9, 11, 12, 13, 14

Planejamento urbano participativo 1

Política 3, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 22, 33, 54, 62

Praça da Liberdade 35, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 47, 48, 49

Praça São Salvador 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Q

Qualidade de vida 4, 30, 35

Qualidade do espaço urbano 35, 36, 37, 46, 48

R

Recinto 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 46

Rua Galvão Bueno 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 49

S

São Paulo 1, 4, 13, 14, 33, 35, 36, 37, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 62, 65, 66

Segregação 3, 4, 9, 50, 61

U

Urbanismo 1, 2, 3, 12, 15, 25, 32, 33, 50, 56, 67

V

Vitalidade urbana 35

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ARQUITETURA E URBANISMO: CONSTRUÇÃO E MODELAGEM DO AMBIENTE


Ano 2023

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ARQUITETURA E URBANISMO: CONSTRUÇÃO E MODELAGEM DO AMBIENTE


Ano 2023